



BANCO CENTRAL

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Relatório de Conjuntura Macroeconómica



1º Trimestre de 2026



Relatório da Conjuntura Macroeconómica

1º Trimestre 2026

Direcção de Estudos Económicos
Banco Central de São Tomé e Príncipe
Avenida Marginal 12 de Julho, CP.13, S. Tomé
+ 239 2243700

Índice

Sumário Executivo.....	I
1. Enquadramento Internacional.....	1
1.1 Actividade económica das principais economias	1
1.2 Mercado internacional de matéria-prima.....	4
2. Conjuntura Económica Nacional	6
2.1 Actividade económica.....	6
2.2 Níveis de preços	7
2.3 Finanças públicas	8
2.4 Sector Monetário e Financeiro	11
2.4.1 Política monetária	11
2.4.2 Liquidez e agregados monetários	12
2.4.3 Crédito à Economia	14
2.5 Sector Externo.....	15
2.5.1 Balança de pagamentos	15
2.5.2 Balança Comercial de Bens.....	17
2.5.3 Reservas internacionais.....	19
2.5.4 Mercado Cambial.....	20
3. Anexos Estatísticos	22

Sumário Executivo

A conjuntura macroeconómica no primeiro trimestre de 2026 foi marcada por um agravamento do contexto económico internacional, decorrente da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente e do aumento da incerteza comercial, factores que condicionaram as perspectivas de crescimento mundial e impulsionaram uma nova subida dos preços internacionais da energia. Embora as principais economias tenham mantido ritmos positivos de expansão, o enquadramento externo tornou-se menos favorável para economias pequenas, abertas e fortemente dependentes das importações, como S. Tomé e Príncipe.

Neste enquadramento, as perspectivas para a economia nacional apontam para uma desaceleração do crescimento em 2026, condicionada pela persistência da crise energética, pelo contexto externo adverso e pelas incertezas associadas ao ciclo eleitoral, factores que deverão condicionar o investimento e a actividade produtiva ao longo do ano.

A evolução dos preços internos permaneceu relativamente favorável no início do ano, reflectindo a continuação do processo de desaceleração da inflação observado desde 2024. Todavia, persistem riscos relevantes para a estabilidade de preços, decorrentes da subida dos custos internacionais da energia, prevendo-se uma aceleração temporária da inflação em 2026, seguida da retoma gradual da trajectória de desinflação nos anos subsequentes.

Nas finanças públicas, observou-se um enfraquecimento da execução orçamental, explicado pela redução das receitas fiscais e, sobretudo, dos donativos destinados ao financiamento de projectos.

No domínio monetário e financeiro, o Banco Central manteve uma orientação restritiva da política monetária, mantendo os principais instrumentos de política monetária inalterados, num contexto em que o sistema bancário continuou a apresentar níveis confortáveis de liquidez, embora sobre grande pressão relativamente à dívida soberana.

No sector externo, mantiveram-se os desequilíbrios estruturais, com destaque para o elevado défice comercial. As reservas internacionais líquidas registaram uma recuperação durante o trimestre, beneficiando da entrada de recursos provenientes de parceiros internacionais de desenvolvimento. Ainda assim, o nível de reservas permaneceu abaixo da meta.

1. Enquadramento Internacional

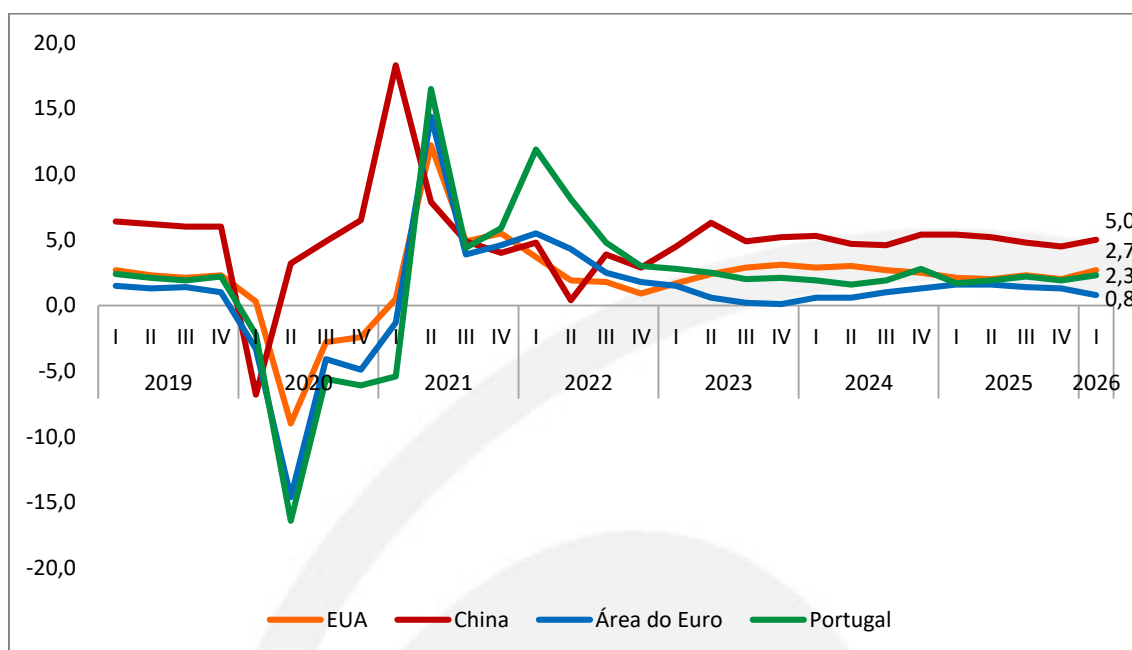
1.1 Actividade económica das principais economias

A economia mundial iniciou 2026 num contexto de crescimento moderado, reflectindo um equilíbrio entre os factores que continuavam a sustentar a actividade económica e novos riscos que se intensificaram ao longo do primeiro trimestre. Por um lado, a desaceleração da inflação observada nas principais economias ao longo de 2025 permitiu uma melhoria das condições financeiras. Por outro, o ambiente internacional permaneceu marcado por elevados níveis de incerteza, associados às tensões geopolíticas e comerciais e ao abrandamento da procura em algumas regiões.

A escalada do conflito no Médio Oriente constituiu o principal acontecimento económico do trimestre. Os ataques a infraestruturas energéticas e as perturbações nas principais rotas marítimas de transporte do petróleo e do gás natural, aumentaram significativamente os riscos para o abastecimento global e provocaram uma forte volatilidade nos mercados internacionais da energia. Os preços do petróleo e do gás natural registaram uma acentuada subida, agravando os custos de produção, reforçando as pressões inflacionistas e deteriorando as perspectivas de crescimento, sobretudo nas economias importadoras de energia. Estes desenvolvimentos contribuíram para agravar a incerteza económica internacional, reduzindo parte do dinamismo observado no final de 2025. Em simultâneo, a maior volatilidade dos mercados financeiros acentuou os riscos para a evolução da actividade económica mundial.

Apesar deste enquadramento menos favorável, os indicadores disponíveis no final de março apontavam para a continuidade da expansão da economia mundial, ainda que a um ritmo contido. Na sua actualização de março de 2026, a OCDE projecta um crescimento global de 2,9% em 2026, seguido de uma ligeira aceleração para 3,0% em 2027, salientando que estas projecções permaneciam condicionadas à evolução do conflito no Médio Oriente.

Gráfico 1 | Evolução do PIB real das principais economias (tvh %)



A economia norte-americana manteve um desempenho relativamente robusto no primeiro trimestre de 2026, embora evidenciando sinais de moderação face ao dinamismo observado na segunda metade de 2025. O PIB cresceu 2,7% em termos homólogos, reflectindo a resiliência do consumo privado, a solidez do mercado de trabalho e a continuidade do investimento empresarial, em particular nos sectores ligados à inteligência artificial e às tecnologias digitais. Não obstante, o enquadramento económico tornou-se menos favorável ao longo do trimestre. A intensificação das tensões comerciais e o agravamento do conflito no Médio Oriente contribuíram para reforçar as pressões inflacionistas, interrompendo parcialmente o processo de desinflação observado em 2025. Neste contexto, a Reserva Federal (FED) manteve uma postura prudente, privilegiando uma abordagem dependente da evolução da inflação e da actividade económica.

A economia chinesa continuou a registar um crescimento superior ao das principais economias avançadas (5%), sustentada pela expansão da produção industrial, pelo investimento em sectores tecnológicos e pelo desempenho das exportações de produtos de elevado valor acrescentado. No entanto, a procura interna permaneceu relativamente contida, reflectindo a persistência das dificuldades no sector imobiliário e a moderação do consumo privado. O agravamento das tensões comerciais internacionais constituiu igualmente um factor de risco para a actividade económica, aumentando a incerteza quanto à evolução das exportações e do investimento. Apesar destes desafios, as autoridades chinesas mantiveram medidas de apoio à economia,

procurando assegurar o cumprimento dos objectivos de crescimento definidos para o ano.

Na Área do Euro, o PIB cresceu 0,8% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2026, reflectindo um ritmo de expansão moderado. A actividade económica continuou a ser sustentada sobretudo pelo consumo privado, em consequência da recuperação gradual do rendimento real das famílias, da desaceleração da inflação e da resiliência do mercado de trabalho, que continuou a evidenciar níveis historicamente baixos de desemprego. Em contrapartida, a actividade industrial e o investimento permaneceram condicionados pelas incertezas no comércio internacional e pelo aumento dos custos energéticos decorrentes do conflito no Médio Oriente. Neste contexto, o Banco Central Europeu reviu em baixa a projecção de crescimento da Área do Euro para 2026, de 1,2% para 0,9%, reflectindo o impacto esperado da subida dos preços da energia, da maior incerteza geopolítica e do enfraquecimento da confiança dos agentes económicos. Em simultâneo, manteve uma abordagem prudente na condução da política monetária, salientando que, apesar da trajetória descendente da inflação, a evolução dos preços da energia continuava a representar um importante factor de risco para a estabilidade dos preços.

Quadro 1 | Projecções do BCE para o crescimento e a inflação na Área do euro

Growth and inflation projections for the euro area (annual percentage changes)		December 2025 baseline	March 2026 – baseline projections and alternative scenarios			
			Baseline	Adverse scenario	Severe scenario	Projections with cut-off date of 4 March
Real GDP	2025	1.4	1.5	1.5	1.5	1.5
	2026	1.2	0.9	0.6	0.4	1.0
	2027	1.4	1.3	1.2	0.9	1.4
	2028	1.4	1.4	1.6	1.9	1.5
HICP	2025	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1
	2026	1.9	2.6	3.5	4.4	2.3
	2027	1.8	2.0	2.1	4.8	1.9
	2028	2.0	2.1	1.6	2.8	2.0

Em Portugal, o PIB cresceu 2,3% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2026, mantendo um desempenho superior ao da Área do Euro. Este resultado foi sustentado sobretudo pela procura interna, cujo contributo para o crescimento ascendeu a 4,3 pontos percentuais, reflectindo a forte aceleração do investimento (10,2%) e o crescimento do consumo privado (3,0%). Em sentido contrário, a procura externa líquida exerceu um contributo negativo de 2,1 pontos percentuais, em resultado de um crescimento das importações (5,8%) superior ao das exportações (1,6%).

Apesar dos resultados favoráveis observados no início do ano, o Banco de Portugal reviu em baixa a projecção de crescimento do PIB para 1,8% em 2026 e em alta a projecção da inflação para 2,8%, reflectindo o impacto da subida dos preços do petróleo e de outras matérias-primas energéticas, do agravamento das condições financeiras e do aumento da incerteza geopolítica. Não obstante, o Banco de Portugal considera que a actividade continuará a ser apoiada pela execução dos investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pela solidez do mercado de trabalho e pela orientação expansionista da política orçamental.

As perspectivas para a África Subsaariana deterioraram-se ligeiramente no início de 2026, com o Fundo Monetário Internacional a rever em baixa a projecção de crescimento económico da região (4,3%), uma redução de 0,3 pontos percentuais face às estimativas divulgadas em Outubro de 2025. Esta revisão reflecte os acontecimentos geopolíticos no Médio Oriente, a manutenção de elevados encargos com o serviço da dívida e a persistência de constrangimentos estruturais que continuam a limitar o dinamismo da actividade económica. Paralelamente, a subida dos preços internacionais dos combustíveis, dos alimentos e dos fertilizantes deverá conduzir a um aumento da inflação anual da região para cerca de 4,8%¹ em 2026. Adicionalmente, o endurecimento das condições de financiamento externo constitui um factor de risco acrescido para as economias de baixo rendimento, condicionando o investimento público e o crescimento económico.

1.2 Mercado internacional de matéria-prima

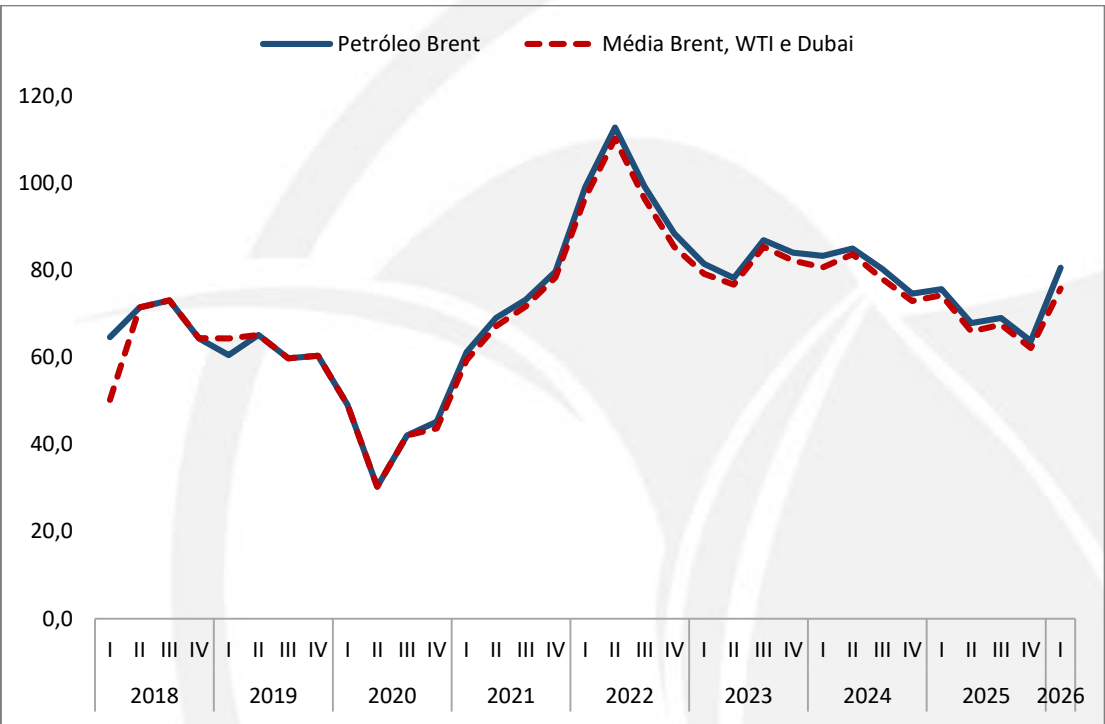
Os mercados internacionais de matérias-primas apresentaram evoluções distintas no primeiro trimestre de 2026. Enquanto os preços do petróleo registaram uma recuperação face ao trimestre anterior, o preço internacional do cacau prosseguiu a trajectória descendente após os máximos históricos alcançados entre 2024 e 2025. Ambas as evoluções apresentam implicações desfavoráveis para a economia santomense.

No mercado petrolífero, o preço médio do Brent registou uma inversão da tendência descendente observada ao longo de 2025, aumentando para 80,5 USD por barril, face aos 63,7 USD registados no quarto trimestre de 2025, o que representa um acréscimo de 26,4%. A média dos preços de referência internacionais (Brent, WTI e Dubai)

¹ mediana das taxas de inflação dos países da África Subsaariana

acompanhou esta evolução, ascendendo a 75,7 USD por barril, após 62,1 USD no trimestre anterior. Esta recuperação interrompeu o ciclo de descida observado durante 2025 em resultado da escalada do conflito entre os EUA, Israel e Irão, que aumentou a percepção do risco quanto à oferta mundial de petróleo. Para economias importadoras de combustíveis, como S. Tomé e Príncipe, este movimento tende a aumentar o custo das importações energéticas, pressionando o défice da balança comercial, as reservas internacionais e, potencialmente, a inflação interna.

Gráfico 2 | Preço de petróleo no mercado internacional (em USD/barril)

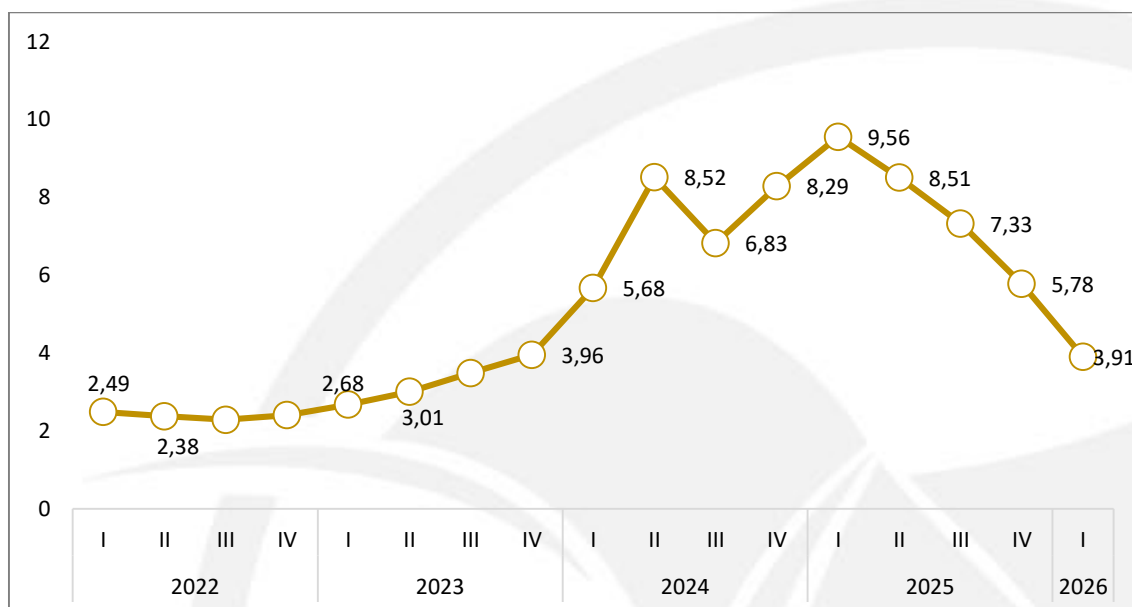


Em sentido contrário, o preço internacional do cacau continuou a corrigir após os níveis excecionalmente elevados observados em 2025. No primeiro trimestre de 2026, a cotação situou-se em 3,91 USD/kg, uma redução de 32,4% face ao quarto trimestre de 2025 e de 59,1% em comparação com o máximo histórico de 9,56 USD/kg registado no primeiro trimestre de 2025. Apesar desta redução, o preço manteve-se acima dos níveis observados antes de 2024, quando as cotações oscilaram aproximadamente entre 2 USD/kg e 3,0 USD/kg, evidenciando que o mercado continua a operar em níveis historicamente elevados.

A normalização dos preços do cacau deve-se à recuperação gradual da produção nos principais países produtores, nomeadamente a Costa do Marfim e o Gana, bem como a melhoria das perspectivas de oferta, após os constrangimentos de produção que impulsionaram os preços para máximos históricos em 2024 e 2025.

Para São Tomé e Príncipe, esta evolução poderá traduzir-se numa redução das receitas de exportação do cacau relativamente aos níveis excepcionais registados em 2024 e 2025, embora as cotações permaneçam acima da média histórica, continuando a proporcionar condições relativamente favoráveis ao sector.

Gráfico 3 | Preço de cacau no mercado internacional (em USD/kg)



2. Conjuntura Económica Nacional

2.1 Actividade económica

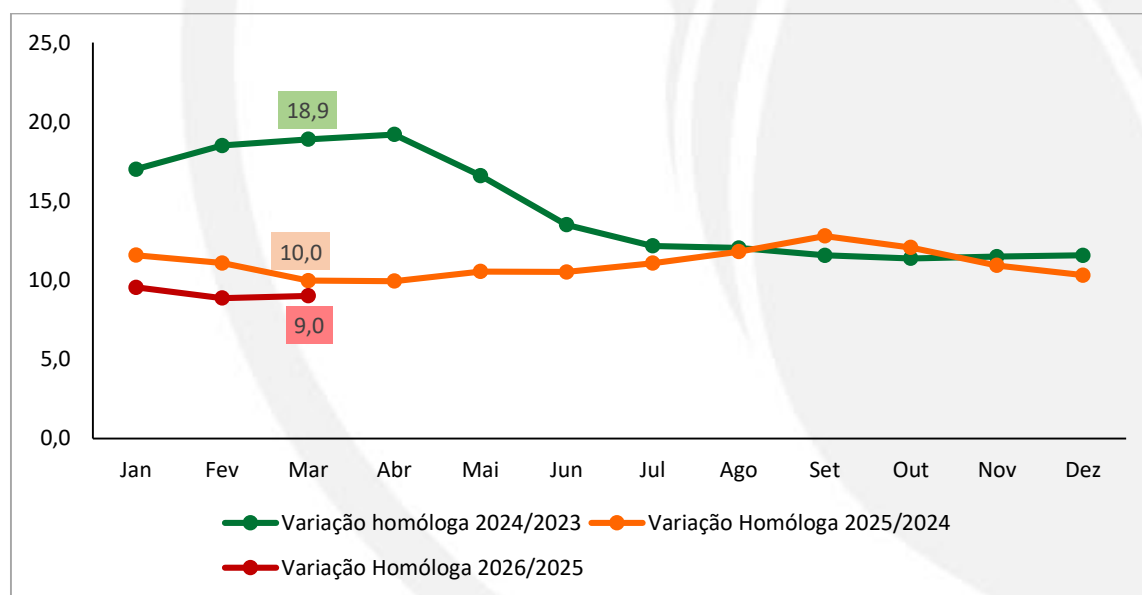
Após um crescimento económico moderado em 2025, as perspectivas para a economia são-tomense apontam para uma desaceleração da actividade económica em 2026, em resultado do agravamento da envolvente externa e a persistência de constrangimentos internos. Neste contexto, a Unidade Macro Fiscal (UMF) projecta um crescimento do PIB real de 0,4% em 2026, condicionado pelo quadro geopolítico internacional, que pressiona os preços da energia e dos bens importados bem como pela continuidade da crise energética e pelas incertezas associadas ao ciclo eleitoral, com impactos sobre o investimento público e os fluxos de financiamento externo. Adicionalmente, as limitações estruturais dos principais sectores produtivos deverão continuar a restringir o desempenho da economia.

Para os anos subsequentes, antecipa-se uma recuperação gradual da actividade económica, com o crescimento do PIB real a subir para 1,9% em 2027 e 2,6% em 2028, estabilizando posteriormente em torno de 2,3%, sustentado pela normalização do contexto político, pela mitigação progressiva dos constrangimentos energéticos, pela retoma da execução dos investimentos públicos e pelo reforço da actividade turística.

2.2 Níveis de preços

A evolução dos preços ao consumidor no primeiro trimestre de 2026 foi marcada pela continuação do processo de desaceleração da inflação, embora persistam pressões sobre algumas componentes essenciais do cabaz de consumo. Em março, a taxa de inflação homóloga fixou-se em 9,0%, inferior aos 10,0% registados no período homólogo de 2025, correspondendo a uma redução de 1,0 ponto percentual. Esta evolução confirma a tendência de moderação observada desde o início do ano, após a inflação homóloga ter atingido 9,5% em janeiro e 8,9% em fevereiro. Paralelamente, a inflação mensal situou-se em 0,6%, acima dos 0,5% registados em fevereiro, reflectindo uma aceleração moderada dos preços no curto prazo.

Gráfico 4 | Taxa de inflação homóloga (%)



A desaceleração da inflação homóloga ocorreu num contexto em que as pressões inflacionistas permaneceram concentradas num número reduzido de classes de despesa. Os “Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas” continuaram a constituir o principal factor explicativo da inflação, contribuindo com 8,1 pontos percentuais para

a variação homóloga do índice, reflexo do peso significativo desta componente no cabaz de consumo das famílias. Adicionalmente, observaram-se aumentos de preços em algumas componentes dos “transportes” e de determinados bens “não alimentares”. Em sentido contrário, verificaram-se reduções de preços em alguns produtos alimentares processados e outros bens de consumo, atenuando parcialmente as pressões inflacionistas.

Em termos prospectivos, a inflação deverá permanecer condicionada pela evolução dos preços internacionais dos combustíveis. Neste contexto, embora se perspetive a retoma gradual do processo de desinflação no médio prazo, subsistem riscos associados à evolução dos preços internacionais da energia e dos bens alimentares que poderão provocar pressões inflacionistas, justificando a manutenção de um acompanhamento atento da dinâmica dos preços.

A UMF prevê uma interrupção temporária do processo de desinflação observado nos últimos anos, com a inflação homóloga a aumentar para 11,7% em 2026, reflectindo sobretudo os impactos do aumento dos preços internacionais da energia e dos bens alimentares, bem como os efeitos da elevada dependência das importações. Espera-se que a inflação retome uma trajectória descendente a partir de 2027, beneficiando da dissipação gradual dos choques externos, da estabilização dos preços internacionais e da melhoria das condições internas de oferta. Neste contexto, a inflação deverá situar-se em 7,4% em 2027, 6,8% em 2028 e convergir gradualmente para cerca de 5,0% no horizonte de médio prazo.

2.3 Finanças públicas

As receitas públicas registaram uma evolução desfavorável até março de 2026, em resultado do decréscimo das receitas fiscais e dos donativos externos. As receitas totais fixaram-se em 943 milhões de Dobras, correspondendo a uma diminuição de 26,4% face ao período homólogo. Este desempenho resultou, em grande medida, de um contexto internacional menos favorável à mobilização de recursos externos e ao desembolso de financiamento pelos parceiros de desenvolvimento, a que se associou o ciclo eleitoral interno, que poderá ter contribuído para um menor ritmo de execução de alguns projectos financiados pelos parceiros de desenvolvimento.

Como consequência, os donativos registaram uma redução de 44,0%, impulsionada sobretudo pela diminuição dos donativos destinados ao financiamento de projectos.

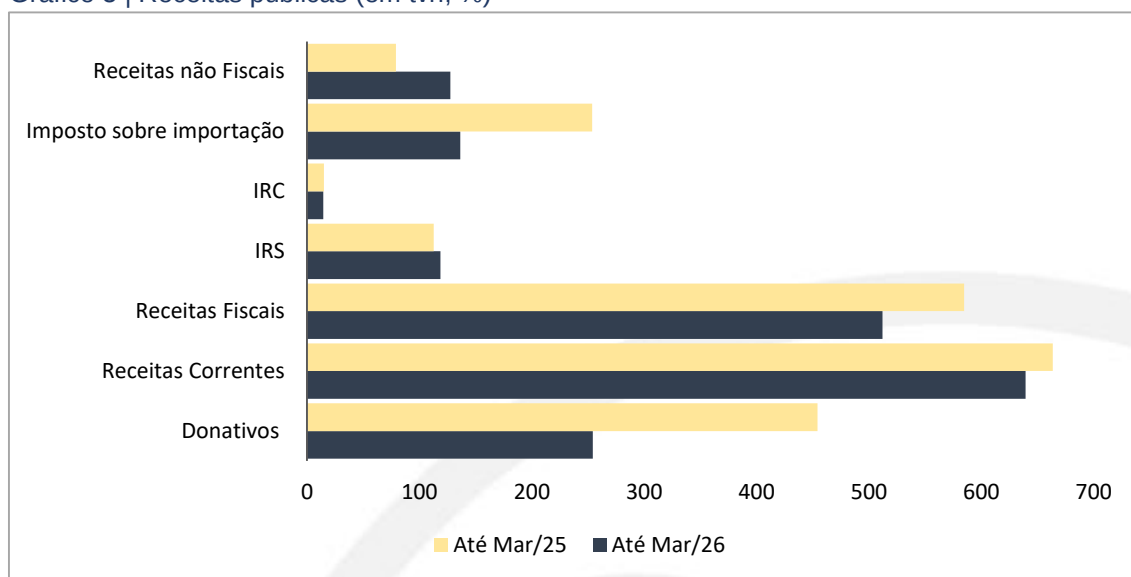
Ainda assim, observou-se um aumento significativo dos donativos destinados ao financiamento do OGE, que ascenderam a 253 milhões de Dobras, cerca de três vezes acima do valor registado no período homólogo.

As receitas correntes fixaram-se em 640 milhões de Dobras, traduzindo uma diminuição de 3,7% face ao período homólogo. Esta evolução reflectiu essencialmente o comportamento das receitas fiscais, que diminuíram 12,4%, em resultado, sobretudo, da redução de 46,3% da receita proveniente do imposto sobre a importação, em linha com a diminuição das importações de bens observada no primeiro trimestre de 2026. Atendendo ao peso deste imposto na estrutura da receita tributária, a sua evolução condicionou o desempenho global da arrecadação fiscal.

Em contrapartida, verificou-se uma evolução favorável da tributação sobre o consumo interno, destacando-se o aumento da receita do IVA (21,0%), impulsionado principalmente pelo crescimento do IVA Interno (40,7%), bem como do Imposto Especial de Consumo (IEC) (11,3%). Nos impostos directos, a arrecadação apresentou um comportamento globalmente estável, reflectindo o aumento da receita do IRS (5,3%), parcialmente compensado pela redução do IRC (3,5%) e do imposto sobre o património (7,4%).

Por sua vez, as receitas não fiscais registaram um crescimento de 61,1%, atingindo 128 milhões de Dobras. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento das receitas patrimoniais (30,9%), com destaque para os rendimentos do petróleo (142,7%), bem como pelo incremento das receitas provenientes da prestação de serviços e pela introdução das receitas associadas ao Programa de Cidadania por Investimento.

Gráfico 5 | Receitas públicas (em tvh, %)



As despesas públicas apresentaram uma evolução mais moderada até março de 2026, totalizando 1.002 milhões de dobras, o que representa uma redução de 12,6% face ao período homólogo. Este resultado reflectiu essencialmente a forte contracção do investimento público e das despesas financiadas por recursos externos, em linha com a diminuição dos desembolsos dos parceiros de desenvolvimento observada no período.

As despesas efectivas diminuíram 32,1%, enquanto as despesas primárias aumentaram 17,7%, evidenciando que a redução da despesa pública incidiu sobretudo sobre a componente de investimento, enquanto que as despesas correntes mantiveram uma trajectória relativamente estável.

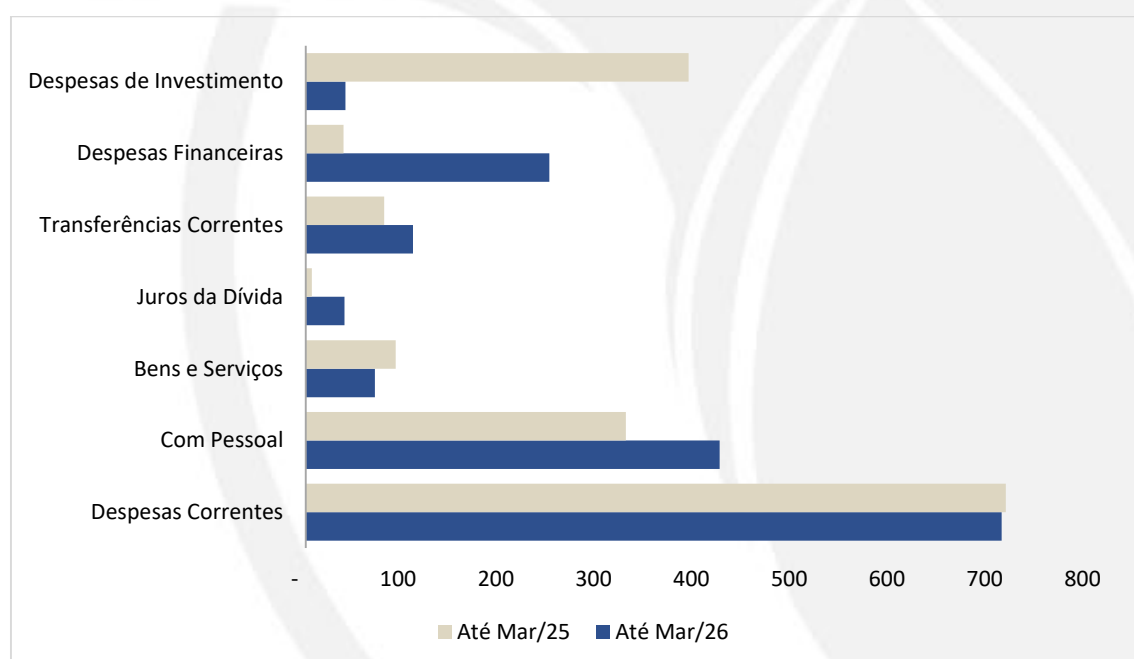
No âmbito das despesas correntes, destaca-se o aumento das despesas com pessoal, que cresceram 29,3%, impulsionadas pelo acréscimo dos vencimentos e salários (36,9%) e das outras despesas com pessoal (21,8%). Em sentido contrário, as despesas com bens e serviços diminuíram 23,2%, reflectindo principalmente a redução da aquisição de serviços (29,6%), com destaque para a diminuição das despesas com água e energia (38,5%) e de outras aquisições de serviços (40,0%).

Por sua vez, os juros da dívida aumentaram significativamente (524,6%), em resultado do expressivo acréscimo dos encargos associados à dívida pública interna (882,8%), apesar da redução das despesas com juros da dívida externa (64,2%). Já as transferências correntes cresceram 36,9%, reflectindo principalmente o aumento das transferências destinadas aos serviços autónomos (65,7%) e à Região Autónoma do Príncipe (61,0%).

A componente de capital apresentou a contracção mais significativa do período. O investimento público reduziu-se em 89,7%, fixando-se em apenas 40,5 milhões de dobras, em consequência da diminuição de 92,2% dos recursos externos destinados ao financiamento de projectos, particularmente dos donativos (-91,4%). Esta evolução encontra-se em linha com a redução dos desembolsos externos evidenciada do lado das receitas públicas, traduzindo um abrandamento da execução dos projectos financiados pelos parceiros de desenvolvimento.

Como reflexo desta evolução, o saldo primário deteriorou-se, passando de um excedente de 77,7 milhões de dobras até março de 2025 para um défice de 76,7 milhões de dobras no período em análise. De igual modo, o saldo global após donativos evoluiu de um excedente de 134,4 milhões de dobras para um défice de 58,9 milhões de dobras, reflectindo o enfraquecimento das receitas externas e o aumento das pressões sobre as contas públicas.

Gráfico 6 | Despesas públicas (em tvh, %)



2.4 Sector Monetário e Financeiro

2.4.1 Política monetária

No primeiro trimestre de 2026, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe manteve uma orientação restritiva da política monetária, reflectindo a avaliação das condições

macroeconómicas que continuavam a justificar uma postura prudente da autoridade monetária. Na reunião do Comité de Política Monetária (CPM), realizada em fevereiro de 2026, o BCSTP decidiu pela manutenção dos principais instrumentos de política monetária, num contexto caracterizado pela persistência de níveis ainda elevados de inflação, fraco dinamismo da actividade económica, liquidez abundante no sistema bancário e desequilíbrios nas contas externas.

Neste âmbito, a taxa de juro de referência foi mantida em 10%, enquanto a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez permaneceu em 10,5%. A principal alteração incidiu sobre a taxa da Facilidade Permanente de Depósito, que aumentou de 1% para 3%. Foram igualmente mantidos os coeficientes de Reservas Mínimas de Caixa em 28% para os depósitos em moeda nacional e 21% para os depósitos em moeda estrangeira. Por outro lado, manteve-se a decisão de emitir de Certificados de Depósito em função da avaliação das condições de liquidez do sistema bancário.

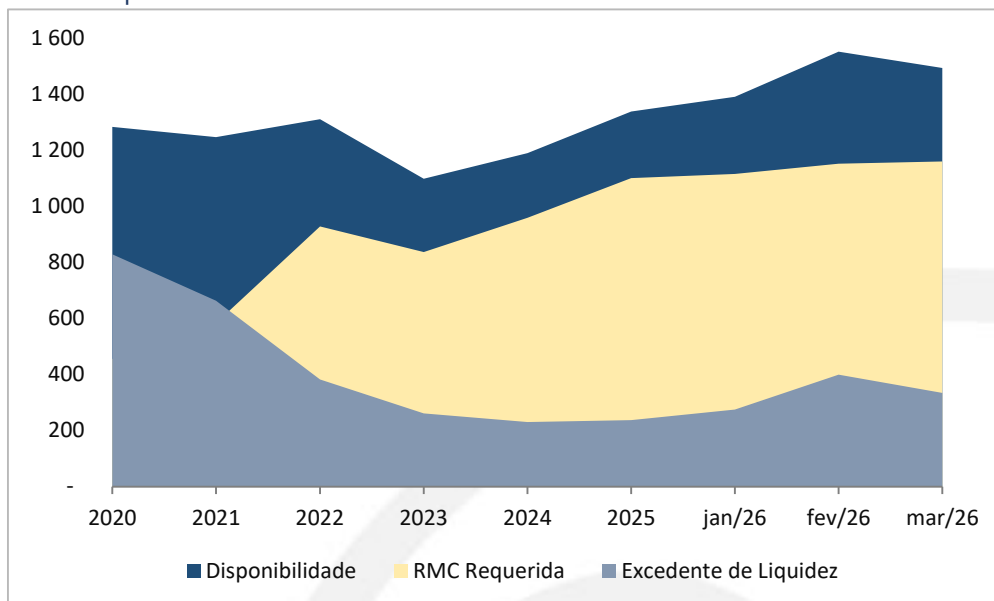
Esta orientação procura assegurar a continuidade do processo de desinflação e contribuir para a preservação da estabilidade macroeconómica, num contexto em que a inflação permanecia acima do nível considerado compatível com a estabilidade macroeconómica. Ao mesmo tempo, a escassez de reservas internacionais continuou a limitar a margem de atuação do Banco Central na defesa da paridade cambial, reforçando a necessidade de uma condução cautelosa da política monetária e de maior coordenação com a política fiscal.

2.4.2 Liquidez e agregados monetários

As condições de liquidez do sistema bancário mantiveram-se globalmente confortáveis durante o primeiro trimestre de 2026, apesar da volatilidade observada ao longo do período. As disponibilidades das instituições bancárias permaneceram em níveis elevados, permitindo o cumprimento das exigências regulamentares de reservas mínimas de caixa. Em março de 2026, as reservas excedentárias ascenderam a 334 milhões de dobras, acima dos 237 milhões de dobras registados no final de 2025 e da meta de 250 milhões de dobras.

Apesar da postura activa do Banco Central na absorção de liquidez, o sistema bancário continuou a apresentar um excedente de reservas, evidenciando que as medidas de restrição monetária não estão a ser totalmente eficazes na absorção do excesso de liquidez existente no sistema bancário.

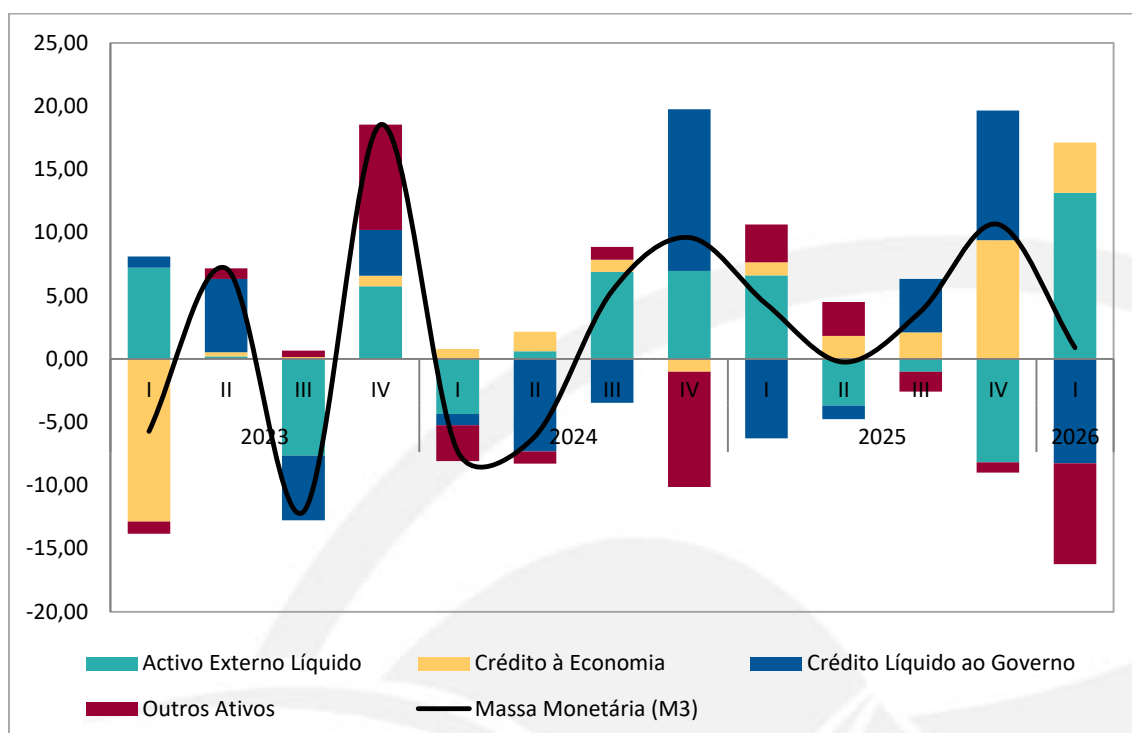
Gráfico 7 | Reservas Excedentárias em milhões de STN



No que respeita aos agregados monetários, a evolução da liquidez traduziu-se num crescimento moderado da massa monetária, que registou uma variação de 0,89%, reflectindo a compensação entre factores expansionistas e contraccionistas da liquidez. O principal contributo para a expansão monetária proveio do aumento do Ativo Externo Líquido, cuja contribuição atingiu 13,1 pontos percentuais, seguido pelo crescimento do Crédito à Economia, que contribuiu com 4,0 pontos percentuais. Em sentido contrário, o Crédito Líquido ao Governo e a rubrica Outros Ativos exerceram um efeito contraccionista sobre a liquidez, com contributos de -8,27 e -7,97 pontos percentuais, respectivamente.

De forma geral, os desenvolvimentos observados durante o trimestre evidenciam que o sistema bancário continuou a operar num contexto de estabilidade de liquidez, embora a expansão da massa monetária tenha permanecido contida. A manutenção de reservas excedentárias acima da meta indicativa estabelecida no âmbito do programa com o FMI evidencia limitação nos mecanismos de transmissão, enquanto a evolução moderada da M3 demonstra que essa liquidez não se traduziu numa expansão expressiva da oferta monetária. Este comportamento é consistente com a orientação restritiva da política monetária e com a limitada eficácia do mecanismo de transmissão monetária.

Gráfico 8 | Factores de expansão da liquidez, em % do M3t-1



2.4.3 Crédito à Economia

No primeiro trimestre de 2026, o crédito à economia registou uma variação homóloga de 9%, mantendo um crescimento positivo, embora inferior ao observado no quarto trimestre de 2025 (24%). Apesar desta evolução, a dinâmica do crédito continua relativamente limitada, reflectindo o reduzido nível de intermediação financeira que tem caracterizado o sistema bancário nacional.

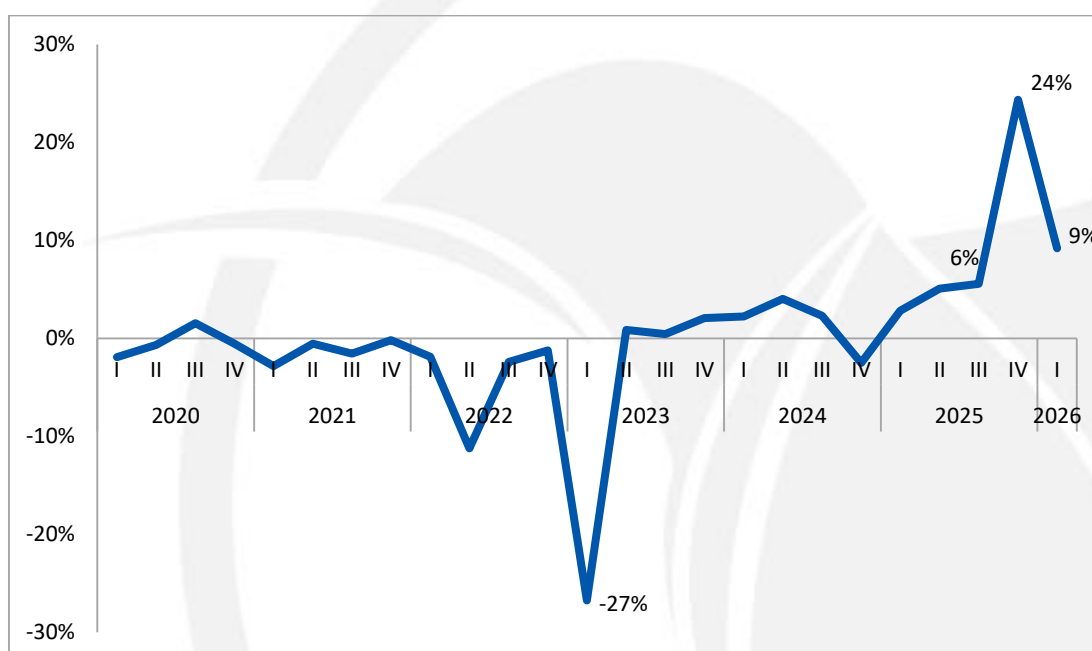
O crescimento excepcional observado no final de 2025 esteve associado, em grande medida, à concessão de financiamentos extraordinários a três empresas, ligadas aos sectores da construção civil, dos combustíveis e da indústria transformadora. Neste contexto, a desaceleração da taxa de crescimento no primeiro trimestre de 2026 resulta essencialmente da dissipação desse efeito pontual, não traduzindo uma deterioração das condições de financiamento da economia.

Importa referir que a expressiva contracção acentuada registada no primeiro trimestre de 2023 (-27%) decorreu, em grande medida, da redução das novas operações de crédito ao sector privado e de operações de abate contabilístico de créditos classificados

como perda pelos bancos comerciais, que implicaram a retirada desses créditos da carteira de crédito registada no balanço.

De um modo geral, a evolução do crédito no período em análise evidencia que, apesar da manutenção de um crescimento positivo, o financiamento bancário à economia continua relativamente reduzido. Este comportamento sugere que a liquidez disponível no sistema bancário ainda não se traduz numa expansão sustentada do crédito ao sector produtivo, reflectindo as limitações que continuam a caracterizar o processo de intermediação financeira.

Gráfico 9 | Crédito à Economia (em tvh %)



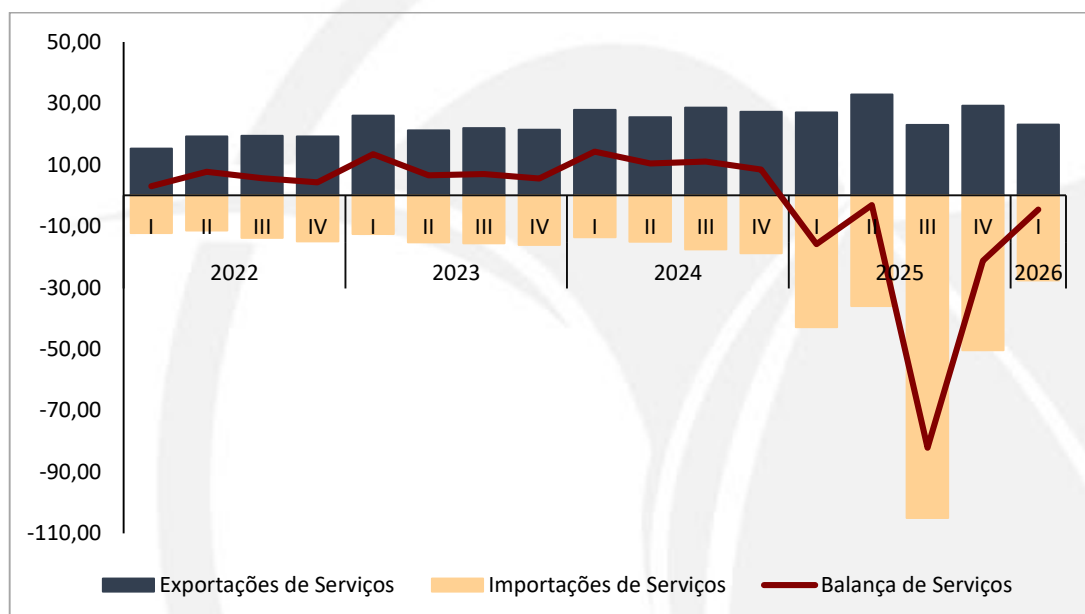
2.5 Sector Externo

2.5.1 Balança de pagamentos

A Balança de Pagamentos continuou a reflectir a vulnerabilidade estrutural das contas externas da economia santomense. A conta corrente registou um défice de 32,2 milhões de USD, determinado sobretudo pelo elevado défice da balança de bens, que ascendeu a 48,1 milhões de USD, parcialmente compensado pelo desempenho favorável das restantes componentes da conta corrente.

A balança de serviços apresentou um défice de 4,6 milhões de USD, significativamente inferior ao observado no período homólogo (15,9 milhões de USD). Esta evolução reflecte, por um lado, a redução das importações de serviços, que diminuíram de 42,8 milhões de USD para 27,6 milhões de USD, e, por outro, a manutenção de um nível elevado das exportações de serviços (23,0 milhões de USD). A rubrica Viagens continuou a constituir a principal fonte de receitas de serviços, representando aproximadamente 18,2 milhões de USD, o equivalente a cerca de 79% das exportações totais de serviços, evidenciando a importância crescente do turismo na geração de receitas externas.

Gráfico 10 | Balança de serviços em milhões de USD



O rendimento secundário manteve um contributo positivo para o equilíbrio das contas externas, com um excedente de 12,8 milhões de USD, sustentado maioritariamente pelas transferências públicas, designadamente donativos e apoio dos parceiros internacionais de desenvolvimento. Estas transferências continuam a desempenhar um papel relevante na mitigação do défice da conta corrente e no financiamento das necessidades externas da economia.

Por sua vez, o rendimento primário registou um excedente de 8,2 milhões de USD. Todavia, a interpretação desta rubrica deve ser efectuada com prudência, atendendo às recentes revisões metodológicas introduzidas na compilação das Estatísticas do Sector Externo, em conformidade com o Manual BPM6 do FMI. Em particular, passou a ser registado o impacto dos lucros reinvestidos negativos associados aos projectos de investimento directo no sector petrolífero sem sucesso comercial, pelo que parte da

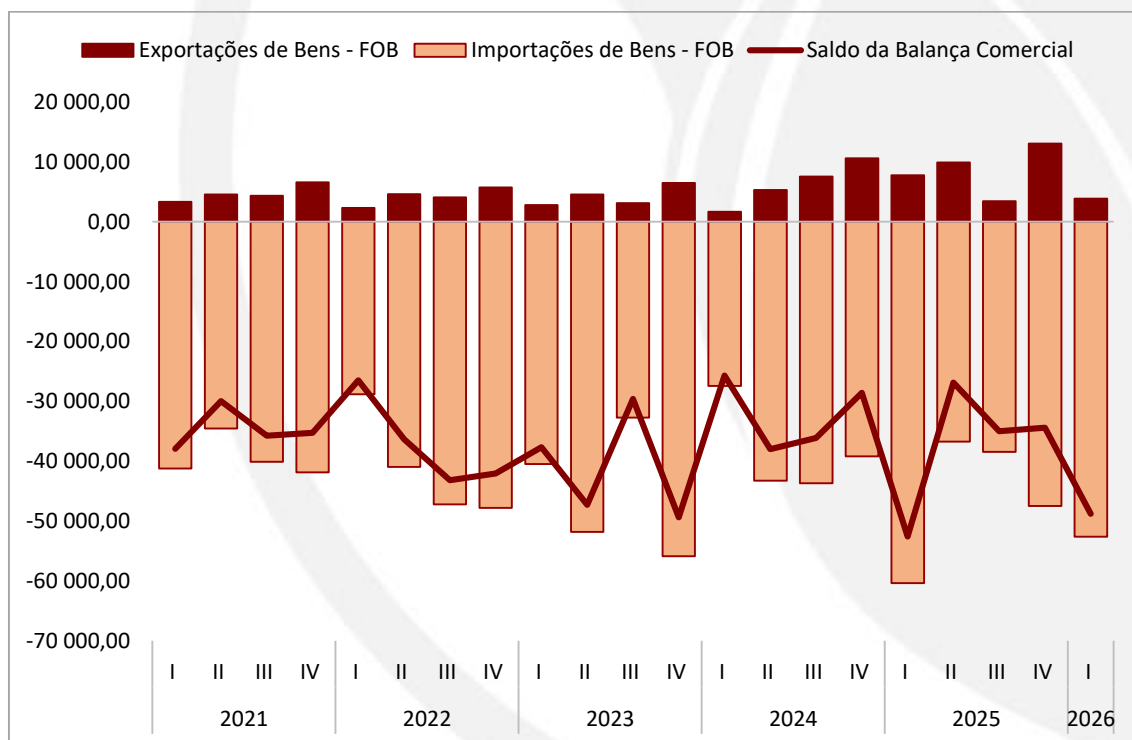
evolução observada nesta componente decorre de alterações metodológicas e não exclusivamente da dinâmica dos fluxos efetivos de rendimento.

No conjunto, a evolução da Balança de Pagamentos evidencia que o défice da balança de bens continua a determinar a posição deficitária da conta corrente. Atendendo à relevância desta componente para a economia santomense, a sua evolução é analisada com maior detalhe na secção seguinte.

2.5.2 Balança Comercial de Bens

A balança comercial de bens registou um défice de 48,8 milhões de dólares no primeiro trimestre, correspondente a uma redução de 7,2% face ao défice de 52,6 milhões de dólares observado no período homólogo de 2025. A melhoria do saldo comercial foi determinada sobretudo pela redução das importações, cujo peso na estrutura do comércio externo é significativamente superior ao das exportações.

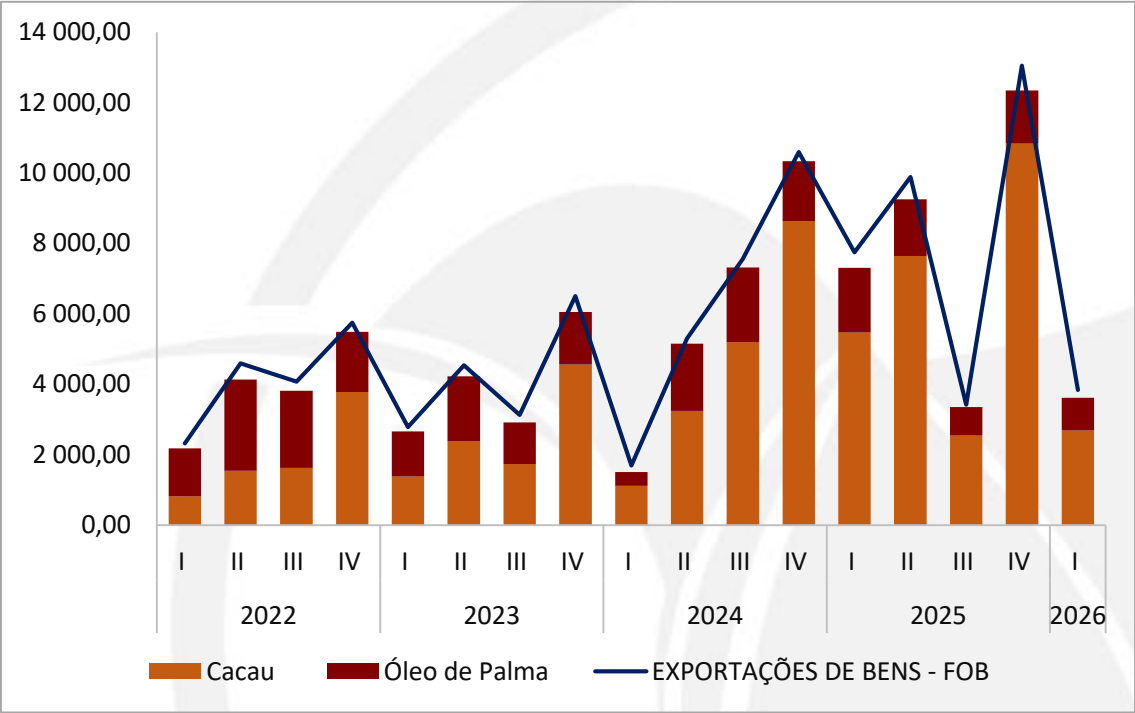
Gráfico 11 | Balança de comercial de bens em milhões de USD



As exportações de bens totalizaram 3,8 milhões de dólares, traduzindo uma diminuição homóloga de 50,4%. Esta evolução ficou essencialmente a dever-se à redução de 58,8% das exportações de cacau, principal produto da pauta exportadora nacional. Para

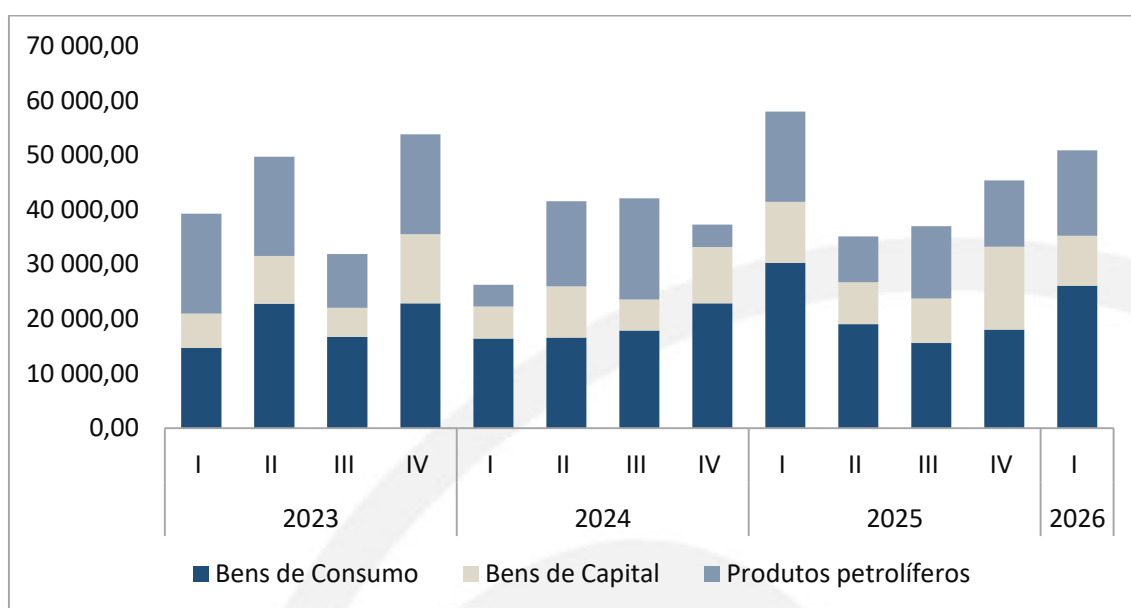
além da redução do valor exportado, este comportamento ocorreu num contexto de correcção dos preços internacionais do cacau, após os níveis historicamente elevados registados em 2024 e 2025. Registaram-se igualmente reduções nas exportações de óleo de palma (-49,4%) e de outros produtos (-49,0%), enquanto as exportações de óleo de coco aumentaram 74,1%, embora continuem a representar uma parcela reduzida do total exportado.

Gráfico 12 | Exportação de bens em milhões de USD



Por sua vez, as importações de bens ascenderam a 52,6 milhões de dólares, correspondendo a uma redução homóloga de 12,8%. Esta evolução reflectiu a diminuição das importações de bens de consumo (-13,7%) e de bens de capital (-18,7%), bem como uma redução das importações de produtos petrolíferos (-5,0%). Entre os bens de consumo destacaram-se as reduções nas importações de medicamentos, vestuário e calçado, mobiliário e artigos de decoração, bem como de material informático e de telecomunicações. Nos bens de capital, a diminuição refletiu principalmente a redução das importações de equipamentos, parcialmente compensada pelo aumento das importações de materiais de construção, em particular de cimento.

Gráfico 13 | Importação de bens em milhões de USD



De um modo geral, a evolução da balança comercial no trimestre evidencia que a ligeira redução do défice comercial resultou fundamentalmente da contracção das importações, num contexto em que as exportações registaram um decréscimo mais acentuado. Embora o saldo comercial tenha apresentado uma melhoria face ao período homólogo, esta decorreu de um ajustamento dos fluxos comerciais e não de um fortalecimento do sector exportador, mantendo-se o défice comercial em níveis elevados.

2.5.3 Reservas internacionais

No primeiro trimestre de 2026, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) registaram uma recuperação significativa, ascendendo a 22,7 milhões de dólares norte-americanos, face aos 7,81 milhões de dólares observados no final de 2025. Em consequência, a cobertura das importações aumentou de 0,49 meses para 1,42 meses. Apesar desta evolução favorável, o nível das reservas permaneceu abaixo do referencial mínimo de três meses de importações.

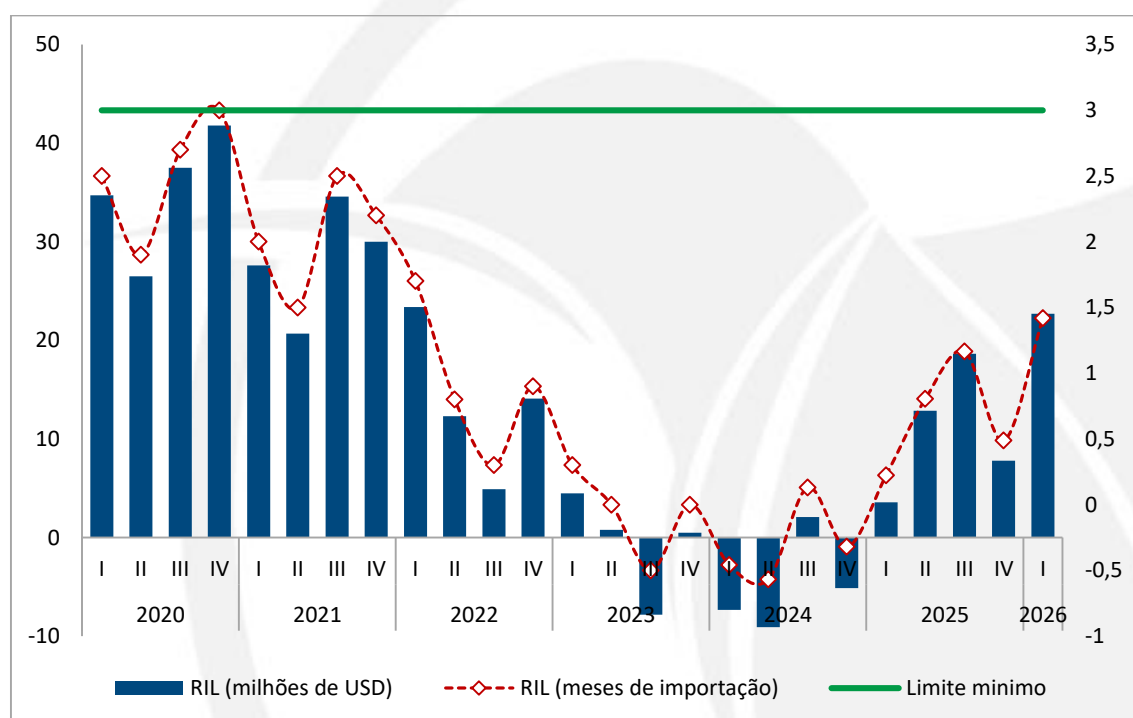
A recuperação das reservas reflectiu, sobretudo, o aumento das receitas cambiais, impulsionado pela NAP 06/2024², pela entrada de donativos e desembolsos de

² NAP n.º 06/2024 – Regulamento sobre Operações Cambiais estabelece, entre outras disposições, a obrigatoriedade de repatriação das receitas de exportação através do sistema financeiro e a retenção pelo BCSTP de 25% das divisas provenientes dessas receitas

parceiros de desenvolvimento, com destaque para a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial. Estas entradas permitiram compensar a forte utilização de divisas ao longo do trimestre.

Por sua vez, as operações de cobertura cambial continuaram a representar a principal utilização das reservas internacionais, com cerca de 88% destinadas ao financiamento das importações de combustíveis pela ENCO, evidenciando o peso significativo das necessidades energéticas na utilização de divisas.

Gráfico 14 | Reservas internacionais líquidas

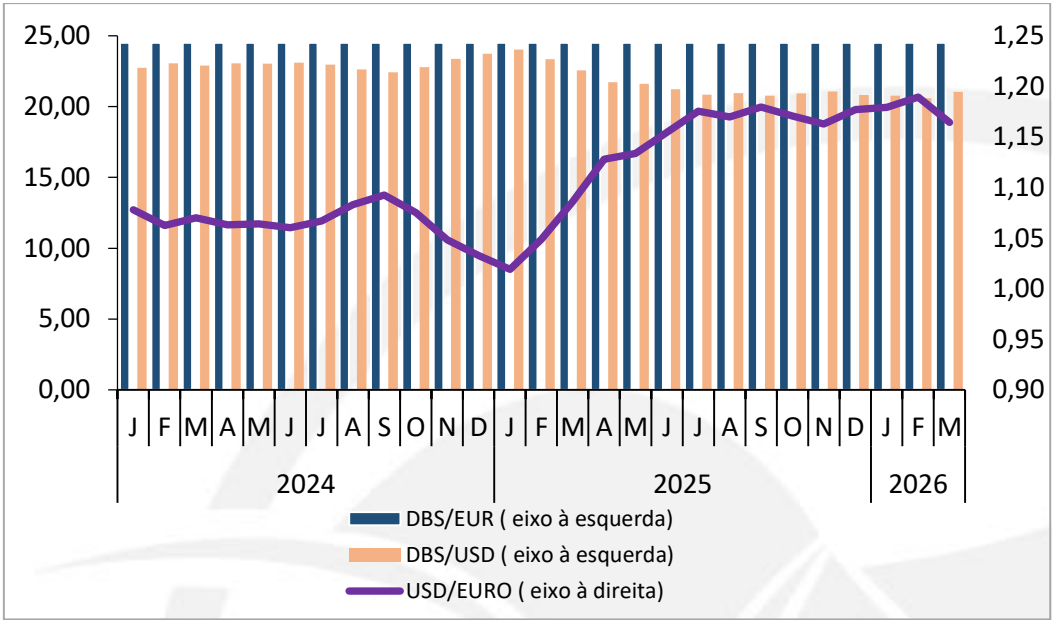


2.5.4 Mercado Cambial

No mercado cambial, o Euro depreciou-se cerca de 1,1% face ao Dólar americano em Março de 2026, tendo a taxa de câmbio EUR/USD, em termos médios, atingido 1,16, contra 1,18 no mês anterior. Esta evolução esteve associada, principalmente, ao agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, que reforçou a procura pelo Dólar enquanto activo de refúgio, num contexto de forte subida dos preços internacionais da energia. A maior exposição da Zona Euro ao choque energético, dada

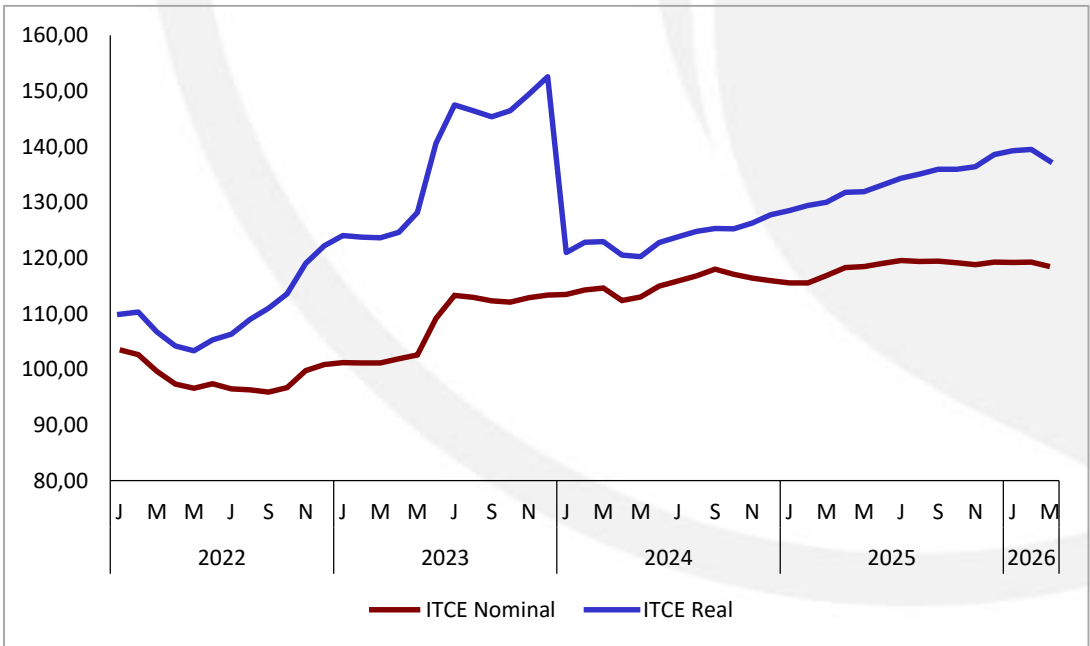
a sua dependência das importações de energia, exerceu igualmente pressão sobre a moeda europeia.

Gráfico 15 | Taxas de Câmbio Bilaterais



A taxa de câmbio efectiva registou uma depreciação no primeiro trimestre de 2026, tanto em termos nominais como reais. O ITCE nominal diminuiu 0,7% face a Dezembro de 2025, enquanto que, termos reais, a depreciação foi ligeiramente mais acentuada (0,9%), traduzindo uma melhoria da competitividade-preço da economia face aos principais parceiros comerciais.

Gráfico 15 | Índice de taxa de Câmbio Efectiva



3. Anexos Estatísticos

Síntese Monetária Global								
Saldos em fim de período (Milhões nDb)	mar/24	dez/24	mar/24	jun/25	set/25	dez/25	mar/26	
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	1 133,55	1 623,76	1 875,29	1 728,34	1 688,65	1 352,67	1 950,30	
Ativo Externo do BCSTP	179,43	693,26	1 041,52	1 037,16	1 012,66	833,72	1 279,47	
Ativo Externo de outras Sociedades de depósitos	954,12	930,50	833,76	691,18	675,99	518,95	670,83	
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	2 377,24	2 182,65	2 096,43	2 233,68	2 422,53	3 196,66	2 639,54	
Créditos a Residentes	2 665,39	2 787,90	2 587,86	2 618,93	2 870,15	3 678,19	3 483,80	
Crédito líquido a Administração Central	1 326,01	1 397,75	1 158,29	1 116,56	1 284,24	1 705,72	1 329,52	
Crédito a Administração Central	2 612,54	2 712,63	2 734,01	2 573,15	2 712,77	2 881,00	2 785,35	
Responsabilidades para com a Administração Central	-1 286,53	-1 314,88	-1 575,72	-1 456,59	-1 428,53	-1 175,28	-1 455,84	
Depósitos Administração Central	-304,04	-109,66	-165,79	-142,75	-138,24	-80,90	-93,48	
Recursos De Contrapartida	82,07	81,22	81,22	93,42	82,13	82,13	84,25	
Depósitos em Moeda Estrangeira	-1 064,56	-1 286,45	-1 491,16	-1 407,26	-1 372,42	-1 176,51	-1 446,60	
Crédito a Economia	1 339,37	1 390,16	1 429,58	1 502,37	1 585,91	1 972,47	2 154,28	
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	3,46	3,86	3,09	5,52	5,24	4,31	3,31	
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	0,00	0,00	0,22	0,42	0,93	0,36	
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	82,31	74,36	79,41	89,81	141,01	384,37	404,25	
Crédito ao Setor Privado	1 253,61	1 311,94	1 347,07	1 406,82	1 439,25	1 582,86	1 746,37	
Outros Ativos	-288,15	-605,26	-491,43	-385,25	-447,62	-481,52	-844,25	
Massa Monetária (M3)	3 510,79	3 806,40	3 971,72	3 962,02	4 111,18	4 549,34	4 589,84	
Passivos em Moeda nacional incluídos na Base Monetária (M2)	2 476,06	3 012,43	3 082,60	3 151,18	3 319,06	3 845,85	3 825,41	
Moeda (M1)	2 188,90	2 655,21	2 785,89	2 844,76	2 998,97	3 430,39	3 481,75	
Moeda em poder das sociedades de Depósitos	417,09	604,79	551,14	539,52	600,78	783,13	714,56	
Depósitos Transferíveis em moeda nacional	1 771,81	2 050,42	2 234,75	2 305,24	2 398,19	2 647,25	2 767,19	
Outros Depósitos em moeda nacional	287,15	357,21	296,71	306,41	320,09	415,46	343,65	
Depósitos em moeda estrangeira	1 034,73	793,98	889,12	810,84	792,12	703,49	764,44	

Agregados Monetários									
Saldos em fim de período (Milhões nDb)	mar/23	dez/23	mar/24	dez/24	mar/25	jun/25	set/25	dez/25	mar/26
M0 (BASE MONETÁRIA)	2 110,21	1 809,09	1 696,75	2 108,98	2 289,09	2 274,37	2 323,32	2 424,74	2 423,89
Emissão Monetária	480,16	545,84	487,99	715,09	638,45	635,94	693,64	895,20	821,61
M1	2 201,91	2 549,33	2 188,90	2 655,21	2 785,89	2 844,76	2 998,97	3 430,39	3 481,75
Moeda em Circulação	388,81	475,93	417,09	604,79	551,14	539,52	600,78	783,13	714,56
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional	1 813,11	2 073,40	1 771,81	2 050,42	2 234,75	2 305,24	2 398,19	2 647,25	2 767,19
M2	2 509,81	2 847,39	2 476,06	3 012,43	3 082,60	3 151,18	3 319,06	3 845,85	3 825,41
M1	2 201,91	2 549,33	2 188,90	2 655,21	2 785,89	2 844,76	2 998,97	3 430,39	3 481,75
Outros Depósitos em Moeda Nacional	307,90	298,05	287,15	357,21	296,71	306,41	320,09	415,46	343,65
M3	3 391,24	3 787,42	3 510,79	3 806,40	3 971,72	3 962,02	4 111,18	4 549,34	4 589,84
M2	2 509,81	2 847,39	2 476,06	3 012,43	3 082,60	3 151,18	3 319,06	3 845,85	3 825,41
Depósitos em Moeda Estrangeira	881,42	940,04	1 034,73	793,98	889,12	810,84	792,12	703,49	764,44

Reservas Internacionais									
Saldos em fim de período (Milhões de Dólares)	mar/23	dez/23	mar/24	dez/24	mar/25	jun/25	set/25	dez/25	mar/26
ATIVOS EXTENOS LÍQUIDOS	35,78	16,49	7,92	29,55	45,90	49,55	48,24	40,01	59,97
RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS	71,14	62,86	51,56	78,37	96,11	101,01	105,11	95,58	114,59
Notas e Moedas	0,69	1,13	0,94	1,53	1,31	1,25	1,24	0,92	1,22
Depósitos	33,76	24,73	19,45	42,98	60,32	63,90	62,99	54,11	74,20
<i>dos quais: à ordem</i>	9,71	8,12	4,86	13,27	21,67	26,10	27,03	17,74	46,53
<i>à prazo</i>	24,04	16,61	14,59	29,72	38,66	37,80	35,96	36,37	27,67
Direito Especial de Saque	0,228	0,121	0,053	3,678	3,362	2,666	7,724	7,162	6,402
Posição de Reserva no FMI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos Estrangeiros	36,11	36,66	30,90	30,02	30,87	33,07	32,99	33,20	32,53
Outros*	0,37	0,22	0,21	0,16	0,24	0,13	0,16	0,19	0,23
RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS	5,49	1,38	0,00	0,00	3,57	12,86	18,61	7,81	22,69

TAXAS DE JURO									
	Mar-23	Dez-23	Mar-24	Dez-24	Mar-25	Jun-25	Set-25	Dez-25	Mar-26
TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL (%)									
TAXA DE JUROS DE REFERÊNCIA DO BANCO CENTRAL	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
TAXA DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)									
MOEDA NACIONAL									
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ATIVAS									
Crédito Concedido									
91 a 180 dias	17,72	17,83	17,83	17,88	18,06	16,56	17,86	18,03	17,44
181 dias a 1 ano	17,88	17,84	17,83	17,69	17,72	17,78	17,73	17,68	17,59
Superior a 1 ano	17,83	17,84	17,87	17,91	17,59	17,60	17,59	17,60	17,59
Descoberto									
01 a 30 dias	24,75	24,74	24,75	24,75	24,50	24,50	24,49	24,50	24,50
31 dias a 90 dias	21,33	18,21	24,75	21,33	24,50	21,00	21,00	20,25	21,00
Superior a 90 dias	24,29	18,36	24,15	18,37	19,83	23,43	23,46	17,91	20,38
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS									
Depósitos à Prazo									
91 a 180 dias	1,95	1,94	2,57	2,56	2,19	2,19	2,25	2,75	2,25
181 dias a 1 ano	2,32	2,34	2,60	2,58	2,20	2,36	2,25	2,25	2,40
Superior a 1 ano	2,36	2,75	2,77	2,76	2,73	2,59	2,36	2,34	2,73
Poupança									
01 a 180 dias	2,17	2,44	2,44	2,17	2,17	2,17	2,50	2,50	2,50
181 dias a 1 ano	2,17	2,17	2,17	2,17	2,17	2,17	2,50	2,50	2,50
Superior a 1 ano	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,63	2,63	2,63
TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS									
Média das Maturidades									
Taxas de Juros Operações Ativas	17,81	17,84	17,84	17,82	17,79	17,86	17,73	17,77	17,54
Taxas de Juro Operações Passivas	2,26	2,32	2,55	2,52	2,33	2,28	2,47	2,44	2,52
Depósitos à Prazo	2,14	2,24	2,69	2,67	2,29	2,19	2,31	2,25	2,42
Poupança	2,38	2,41	2,41	2,38	2,38	2,38	2,63	2,63	2,63

INFLAÇÃO												
(Base Dez 2014=100)												
(%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa inflação acumulada												
2026	0,18	0,63	1,22									
2025	0,89	1,97	2,43	3,35	3,74	4,55	5,24	6,13	7,49	8,03	8,68	10,31
2024	0,88	2,42	3,92	4,88	4,70	5,55	5,71	5,91	6,33	7,55	9,30	11,57
2023	0,89	1,16	2,27	2,99	5,05	8,84	10,30	10,63	11,53	13,01	14,74	17,03
Variação em cadeia												
2026	0,18	0,45	0,58									
2025	0,89	1,07	0,45	0,89	0,38	0,78	0,66	0,84	1,28	0,50	0,60	1,51
2024	0,88	1,52	1,47	0,92	-0,17	0,90	0,15	0,18	0,40	1,15	1,63	2,07
2023	0,89	0,26	1,10	0,70	2,00	3,60	1,35	0,29	0,82	1,33	1,53	2,00
Variação Homóloga												
Variação Homóloga 2026/2025	9,54	8,87	9,0									
Variação Homóloga 2025/2024	11,57	11,08	9,97	9,94	10,55	10,51	11,07	11,80	12,79	12,06	10,93	10,31
Variação Homóloga 2024/2023	17,02	18,49	18,92	19,18	16,64	13,50	12,16	12,03	11,57	11,38	11,49	11,57
Variação Homóloga 2023/2022	25,52	23,46	22,77	21,7	23,2	25,35	24,22	21,20	18,27	16,95	16,58	17,03

Balança Comercial por Produto							
Em Mil USD	2024		2025				2026
	I T	IV T	I T	II T	III T	IV T	I T
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB	1 697,34	10 593,36	7 747,83	9 880,48	3 424,16	13 048,00	3 844,10
1.1. Cacau	1 121,11	8 637,48	5 467,47	7 643,38	2 542,19	10 831,82	2 688,66
1.2. Café	0,38	0,40	0,10	1,43	0,00	0,00	0,00
1.3. Pimenta	0,00	129,94	124,72	0,00	0,46	269,36	0,00
1.4. Óleo de Coco	57,10	31,06	27,79	122,90	0,00	24,40	48,39
1.5. Chocolate	42,53	74,21	0,00	46,86	45,32	4,14	65,23
1.6. Coco	12,11	0,45	3,51	0,05	0,00	0,00	2,86
1.7. Óleo de Palma	389,56	1 693,77	1 839,10	1 608,74	813,52	1 514,25	930,34
1.7. Outros	74,55	26,05	285,14	457,12	22,66	404,03	108,62
2. REEXPORTAÇÃO	1 057,86	887,00	1 036,84	781,97	1 025,19	985,62	706,23
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB	27 394,48	39 158,97	60 329,22	36 727,41	38 412,33	47 456,57	52 624,60
3.1. Bens de Consumo	16 399,80	22 843,80	30 254,26	19 070,34	15 624,47	18 053,30	26 100,50
3.1.1. Géneros alimentícios	7 087,91	10 896,75	13 750,81	8 972,06	7 854,17	8 399,23	13 005,57
3.1.2. Bebidas não alcóolicas	629,15	1 196,62	1 512,03	730,28	1 218,18	449,11	1 295,09
3.1.3. Bebidas alcóolicas tabaco e narcóticos	1 424,41	1 928,11	2 954,80	1 837,35	1 661,21	1 942,58	2 152,00
3.1.4. Vestuário e calçado	317,01	598,03	773,43	547,73	423,76	704,12	486,60
3.1.5. Mobiliário, artigo de decoração e equip. doméstico	1 439,77	1 863,59	2 314,96	2 161,99	1 129,35	1 967,98	1 676,33
3.1.6. Medicamentos	575,46	478,44	802,55	355,74	551,42	159,94	384,13
3.1.7. Veículos motorizados	2 158,66	1 269,38	1 775,52	1 332,87	690,73	1 194,61	1 780,90
3.1.8. Material informático e de telecomunicação	904,81	890,02	2 195,41	712,12	674,70	697,23	1 443,40
3.1.9. Livros, Mat. Didáticos e outros prod. das indústrias gráficas	228,19	316,36	308,83	374,37	243,32	191,00	258,40
3.1.10. Bens de consumo diverso	1 634,44	3 406,50	3 865,91	2 045,82	1 177,62	2 347,50	3 618,09
3.2. Bens de Capital	5 867,78	10 337,32	11 225,81	7 691,64	8 132,00	15 197,41	9 127,62
3.2.1. Equipamentos	3 855,73	7 682,63	7 866,76	4 720,07	5 009,43	11 568,24	5 450,03
3.2.2. Materiais de Construção	2 012,05	2 654,69	3 359,06	2 971,57	3 122,57	3 629,17	3 677,59
Dos quais: Cimento	151,20	676,18	641,67	945,04	1 043,11	668,10	964,35
Ferro Aluminio e Out. Simil.	577,23	722,86	1 207,02	684,80	724,17	1 146,84	730,12
3.3. Produtos petrolíferos	3 976,81	4 140,76	16 498,11	8 351,62	13 267,56	12 167,44	15 676,13
3.3.1. Gasóleo	2 078,29	0,00	11 118,18	3 767,28	8 539,41	6 599,14	12 233,28
3.3.2. Gasolina	846,90	0,00	2 557,79	1 482,41	2 435,19	2 429,08	2 566,65
3.3.3. Outros	1 051,63	4 140,76	2 822,13	3 101,93	2 292,96	3 139,22	876,20
3.4. Outros	1 150,08	1 837,10	2 351,04	1 613,80	1 388,30	2 038,41	1 720,34
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL(1-3)	-25 697,14	-28 565,62	-52 581,39	-26 846,93	-34 988,18	-34 408,57	-48 780,49

Taxas de Câmbio Oficial do Banco Central

em dobras por unidade de moeda estrangeira

média mensal

		EUR	USD	GBP	CAD	CHF	BRL	ZAR	XAF	CNY	DSE
2026	mar/26	24,5000	21,2681	28,3168	15,5410	27,1042	4,0562	1,2974	0,0376	3,0789	28,7809
	fev/26	24,5000	20,8670	28,3778	15,2954	27,0023	4,0105	1,3046	0,0376	3,0194	28,5018
	jan/26	24,5000	21,0458	28,4311	15,2561	26,6089	3,9407	1,2918	0,0376	3,0199	28,6039
2025	dez/25	24,5000	21,0915	28,2109	15,2627	26,4561	3,8768	1,2509	0,0376	2,9927	28,6006
	nov/25	24,5000	21,3537	28,0408	15,1919	26,5762	3,9976	1,2391	0,0376	3,0041	28,7712
	out/25	24,5000	21,2091	28,3336	15,1564	26,5632	3,9418	1,2276	0,0376	2,9787	28,7280
	set/25	24,5000	21,0387	28,4189	15,2260	26,4068	3,9152	1,2043	0,0376	2,9530	28,6327
	ago/25	24,5000	21,2410	28,5303	15,3821	26,3060	3,8892	1,1968	0,0376	2,9596	28,7788
	jul/25	24,5000	21,1200	28,5581	15,4387	26,4644	3,8222	1,1897	0,0376	2,9451	28,7122
	jun/25	24,5000	21,4694	29,0706	15,6870	26,3153	3,8623	1,2021	0,0376	2,9890	29,0577
	mai/25	24,5000	21,8844	29,2471	15,7731	26,3764	3,8616	1,2071	0,0376	3,0327	29,3924
	abr/25	24,5000	22,0440	28,9241	15,7241	26,3482	3,8070	1,1674	0,0376	3,0205	29,4667
	mar/25	24,5000	22,8855	29,5065	15,9338	25,8724	3,9637	1,2526	0,0376	3,1558	30,1496
	fev/25	24,5000	23,7066	29,7056	16,5815	26,2191	4,1129	1,2825	0,0376	3,2588	30,7681
	jan/25	24,5000	23,8427	29,3996	16,5693	26,2196	3,9559	1,2731	0,0376	3,2659	30,7923
2024	dez/24	24,5000	23,5373	29,7983	16,5554	26,4399	3,8693	1,2961	0,0376	3,2339	30,6249
	nov/24	24,5000	23,1916	29,5956	16,6002	26,3713	4,0048	1,2951	0,0376	3,2199	30,3559
	out/24	24,5000	22,6106	29,5664	16,4639	26,2958	4,0402	1,2882	0,0376	3,1924	30,0104
	set/24	24,5000	22,2421	29,3608	16,4246	26,2228	4,0069	1,2599	0,0376	3,1393	29,7788
	ago/24	24,5000	22,4412	28,9859	16,4005	26,1069	4,0385	1,2421	0,0376	3,1358	29,8278
	jul/24	24,5000	22,7759	29,2656	16,6146	25,5079	4,1134	1,2473	0,0376	3,1356	29,9039
	jun/24	24,5000	22,9277	29,1501	16,7280	25,6482	4,2740	1,2439	0,0376	3,1609	30,0352
	mai/24	24,5000	22,8429	28,8470	16,7082	25,1151	4,4510	1,2406	0,0376	3,1581	29,9793
	abr/24	24,5000	22,9933	28,8187	16,8360	25,2914	4,4974	1,2177	0,0376	3,1768	30,1220
	mar/24	24,5000	22,7085	28,8599	16,7624	25,5811	4,5584	1,2033	0,0376	3,1534	29,9670
	fev/24	24,5000	22,8678	28,8832	16,8509	26,0965	4,6102	1,2046	0,0376	3,1791	30,1012
	jan/24	24,5000	22,6198	28,7372	16,8613	26,3474	4,6106	1,2029	0,0376	3,1550	29,9478

ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (Base Dez 2019=100)

Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal e Real

ÍNDICE DE TAXA DE CÂMBIO EFETIVA NOMINAL E REAL (Base Dez 2019=100)

		ITCEN				ITCER			
		Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana	Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana
Peso (%)		100	69,95	7,36	22,68	100	69,95	7,36	22,68
2026	mar/26	118,47	100,07	100,62	117,66	137,40	150,30	105,68	86,51
	fev/26	119,26	100,11	100,79	118,20	139,49	151,60	105,80	86,97
	jan/26	119,19	100,09	100,82	118,11	139,26	151,29	105,86	86,95
2025	dez/25	119,26	100,09	100,90	118,09	138,61	150,46	105,94	86,96
	nov/25	118,80	100,07	100,82	117,75	136,38	148,95	105,75	86,58
	out/25	119,13	100,08	100,90	117,98	135,96	148,07	105,78	86,81
	set/25	119,43	100,09	100,96	118,19	135,95	147,64	105,82	87,02
	ago/25	119,36	100,08	100,96	118,14	135,06	147,04	105,74	86,87
	jul/25	119,57	100,09	101,02	118,26	134,30	146,04	105,73	86,97
	jun/25	119,05	100,06	100,91	117,91	133,09	145,14	105,60	86,84
	mai/25	118,48	100,03	100,83	117,47	131,93	144,45	105,45	86,61
	abr/25	118,30	100,02	100,88	117,26	131,80	144,28	105,47	86,61
	mar/25	116,85	99,95	100,56	116,25	130,01	143,94	105,08	85,96
	fev/25	115,53	99,89	100,31	115,30	129,46	144,60	104,79	85,44
	jan/25	115,53	99,88	100,37	115,24	128,54	143,51	104,77	85,49
2024	dez/24	115,93	99,90	100,46	115,51	127,76	142,37	104,84	85,60
	nov/24	116,38	99,93	100,43	115,96	126,25	140,51	104,66	85,86
	out/24	117,09	99,97	100,46	116,59	125,26	138,84	104,54	86,31
	set/24	118,00	100,00	100,57	117,33	125,32	137,89	104,56	86,92
	ago/24	116,80	99,98	100,56	116,16	124,79	138,41	104,53	86,25
	jul/24	115,88	99,96	100,53	115,32	123,79	137,96	104,51	85,85
	jun/24	114,98	99,95	100,42	114,55	122,79	137,43	104,42	85,57
	mai/24	113,02	99,95	100,36	112,67	120,27	136,68	104,27	84,38
	abr/24	112,34	99,94	100,30	112,06	120,55	137,00	104,24	84,41
	mar/24	114,62	99,96	100,32	114,30	122,96	136,58	104,19	86,40
	fev/24	114,28	99,95	100,26	114,05	122,84	136,78	103,96	86,38
	jan/24	113,45	99,97	100,30	113,15	120,99	135,51	103,97	85,88

